

Sem salário e alvo de sindicância

Desde julho de 1993, quando ficou oito meses doente, a servidora tenta, sem sucesso, solucionar a irregularidade. Durante o período em que esteve enferma, Maria Zélia apresentou todos os atestados médicos, mas os documentos desapareceram misteriosamente no Departamento de Pessoal do Itamaraty.

Indignada, depois de ter passado por um longo trata-

mento psiquiátrico, em função dos desgastes sofridos com o afastamento e as intermináveis dívidas causadas pelo corte dos salários, Maria Zélia entrou, em 1993, com mandado de segurança pedindo exoneração do cargo. Foi quando teve uma nova decepção. Ela soube que estava respondendo a um processo administrativo, embora nunca tivesse sido chamada

para responder à sindicância. Soube, também, que os documentos que apresentava, justificando a ausência ao trabalho, não saíram das gavetas.

Parentes de Maria Zélia contrataram o advogado Edison José de Deus para acompanhar o caso. Ele entrou, em 1997, com mandado de segurança na Vara de Justiça Federal para resguardar os direitos da servidora, mas o processo

ainda não foi julgado.

Edison de Deus tentou ainda a readmissão da funcionalária, através de um instrumento conhecido por "reversão". O processo, que tem assegurada preferência na fila de julgamento, também aguarda solução do juiz relator Assunsete Magalhães, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desde o último dia 22 de fevereiro.